
**POLISSE E A DIMENSÃO (IN)DIZÍVEL
DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS
E ADOLESCENTE**

Glacy Queirós de Roure¹

Resumo: *A teoria psicanalítica referenda a proposta deste artigo de discutir sobre o filme francês Polissia (2011), de Maïwenn Le Besco. A análise incide sobre um cinema cuja estética obstaculiza a presença de representações idealizantes sobre a infância. Reflete sobre o modo como crianças e adolescentes tem sido violentados no mundo adulto problematizando a existência de uma espécie de silenciamento a que esses sujeitos são submetidos em situações de proteção e acolhimento. Interpretada e enquadrada, a partir de uma discursividade centrada nas categorias agressor e vítima, o comum desconsiderar na fala da criança a condição de enigma que reveste toda e qualquer narrativa que envolva situações de abuso e violência.*

Palavras-chave: *Crianças e adolescentes, Abuso e violência, Infância.*

DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES AO SUJEITO DE DIREITOS.

O relatório *Hidden in plain sight* (Escondido à vista de todos): uma análise estatística sobre violência contra crianças, divulgada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF,

1 Psicanalista, Pós-doutora em Sociologia da Infância (Universidade do Minho), Doutora em Linguística (UNICAMP) e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFG. Graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da PUC Goiás. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância, arte e psicanálise (GEPEIAP). Coordenadora da Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura. E-mail > glacyy@terra.com.br.

2014), é um documento de mais de 200 páginas que congrega dados de 190 países que relatam a violência em locais onde as crianças deveriam estar seguras: nas suas comunidades, escolas e casas. Torna-se o maior conjunto de dados, divulgado até a contemporaneidade, sobre a violência contra as crianças, apresentando um quadro absurdo dos abusos físicos, sexuais e psicológicos.

Conforme consta no documento, crianças do mundo todo são cotidianamente expostas à violência, independentemente de fatores como cultura, religião, etnia ou classe social. Além de atos forçados, as formas de violência denunciadas incluem *bullying*, métodos de disciplina abusivos, abuso sexual, assassinato, entre outros.

No campo mundial, estimam-se que cerca de 120 milhões de meninas já tenham sido sujeitadas a atos sexuais forçados, somente em 2012. Uma em cada 10, meninas com menos de 20 anos, foi vítima de violência sexual. Um quinto das vítimas de homicídio têm menos de 20 anos. Só em 2012, 95 mil crianças e adolescentes foram mortos².

No Brasil, 11 mil crianças foram assassinadas em 2012 e na Nigéria e Venezuela o homicídio é “a principal causa de morte em indivíduos do sexo masculino dos 10 aos 19 anos”. No Brasil, o número de óbitos nessa faixa etária só é menor do que na Nigéria (13 mil), onde o grupo terrorista Boko Haram sequestrou mais de 200 meninas em abril deste ano. Já em países da Europa Ocidental e da América do Norte, os Estados Unidos têm a maior taxa de homicídio na infância.

O relatório avalia que “muitas vítimas são jovens ou vulneráveis demais para denunciarem um abuso [e] um número elevado de crianças não recebe proteção adequada contra a violência”. Afirma ainda que “a maioria da violência contra crianças é praticada pelas pessoas que têm a responsabilidade de cuidar delas”.³

2 Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-sexual-atinge-uma-em-cada-dez-meninas-alerta-unicef-3747.html>>. Acesso em: 5 de dez 2016.

3 Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/vio->

De acordo com a denúncia realizada pela organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) - a violência sexual em crianças e adolescentes é um dado presente em zonas de guerra por todo o mundo⁴. Outro estudo, publicado pela ONG de defesa dos direitos da criança *Save the Children*, afirma que as crianças são a maior parte das vítimas de violência sexual em zonas de conflito, nos quais ocorrem estupros e abusos a números espantosos. Na Libéria e na Serra Leoa, as crianças compõem mais de 70 por cento das vítimas (HOANG, 2013).

No Brasil, já há algum tempo, a imprensa e a literatura especializada também não param de interrogar e de denunciar as inúmeras formas de violência, cometidas contra crianças e adolescentes no interior de suas famílias. A infância, vista, imaginariamente, como tempo de felicidade, protegida por um amor parental, parece ceder a outra imagem: crianças abusadas e transformadas em objetos de violência. Neste contexto, a família e a escola, consideradas como espaços de desenvolvimento e de socialização têm-se apresentado como locais recorrentes de abusos e violências.

Dados referentes ao Disque Denúncia Nacional, um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), afirma que, no ano de 2014, foram registradas 24.575 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. Desses casos, 19.165 configuraram-se abusos e 5.410 exploração sexual infantil.

Em 2015, mais de 17,5 mil crianças e adolescentes podem ter sido vítimas de violência sexual, o que representa cerca de 50 por dia. As denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no Disque 100, foram apenas uma parcela das 80.437 registradas no referido ano. As outras agressões mais recorrentes contra eles são negligência, 38,04%; Violência psicológica,

lencia-sexual-atinge-uma-em-cada-dez-meninas-alerta-unicef-3747.html>. Acesso em: 5 de dez 2016.

4 (Revista Forum, 2014).

23,90%; Violência física, 22,16%; e outras violações, 4,48% (VILLELA, 2016)⁵.

Em relação aos dados recolhidos, as meninas são as maiores vítimas, com 54% dos casos denunciados. A faixa etária mais atingida é a de 4 a 11 anos, com 40%. Meninas e meninos negros/pardos somam 57,5% dos atingidos. Outro dado de relevância é que as denúncias relacionadas a algum tipo de violação de direitos de meninos e meninas representam 58% do total de demandas que chegam ao Disque Denúncia, sendo que a violência sexual é a quarta violação mais denunciada.

Para combate das absurdas violências em suas inúmeras formas sendo cometidas contra a vida de crianças e adolescentes, algumas medidas foram e ainda têm sido realizadas em todo o mundo. Busca-se prevenir e eliminar o problema: reforçando os sistemas judiciários, penais e sociais, bem como mobilizando órgãos e instituições que atuam no acolhimento e na proteção desses.

A base internacional da legislação específica sobre exploração sexual tem como referência a Declaração sobre os Direitos da Criança, ratificada em 1923 em Genebra; a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948; a Segunda Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 1959; a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, e a Declaração de Viena, de 1993.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 sustentou, em seus artigos 226 e 227, que as crianças e os adolescentes são su-

5 “Na análise por faixa etária, as denúncias de violência sexual envolvem principalmente adolescentes de 12 a 14 anos, que totalizam 29,11% das vítimas. Em relação ao perfil do suspeito, os homens correspondem a 64,38% dos agressores. A maior parte tem entre 25 e 30 anos. O principal local da violação é a casa da própria vítima, onde ocorreram 39% dos casos de violência sexual relatados no Disque 100. Em seguida está a casa do suspeito, com 31,6% das denúncias” <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/campanha-respeitar-protoger-garantir/violencia-sexual>>. Acesso em 26 de nov. 2016.

jeitos de direitos, mas coube ao Estatuto da criança e do adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, traçar o detalhamento da previsão constitucional, sendo um sistema de garantia da proteção integral e integrada da infância e da adolescência.

No artigo 263, o ECA define as alterações no Código Penal (Lei n. 2.848 de 07/12/1940) no caso de penas impostas aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando a vítima for menor de 14 anos. A Lei 8.072, de 25/07/1990, dispõe quais os crimes hediondos, entre outros, estando incluso o estupro e o atentado violento ao pudor, alterando as penalidades impostas a esses delitos e aumentando a pena da metade quando a violência é praticada contra menores de 14 anos (FIGUEIREDO; BOCHI, 2016).

Mas, se a produção de legislações e sistemas de garantia da proteção integral da infância e da adolescência em todo o mundo tem sido de fundamental importância no combate ao horror que toma a vida de crianças e adolescentes, o que se pode dizer sobre o processo de estruturação dos sistemas de proteção e acolhimento? Será que a produção das legislações e dos sistemas de proteção tem sido suficientes para garantir a esses sujeitos uma escuta, a partir das quais possam transpor a posição de objeto do gozo do Outro em direção a posição de sujeito desejante?

Nesse sentido, vale a pena dar um passo adiante e perguntar sobre o modo como o testemunho de crianças e adolescentes sobre suas experiências traumáticas, tem sido acolhido. Concebidos prioritariamente como sujeitos de direitos, crianças e adolescentes são escutados, a partir de uma discursividade em que, quase sempre, ocupam a posição da vítima que ainda está ou esteve à mercê do adulto agressor.

Uma operação que, ao desconsiderar na criança a dimensão estruturante de um inconsciente ainda em formação e ao centrar-se na oposição vítima/agressor, pode minimizar a significância psíquica do abuso em função das complexas relações de afeto já estabelecidas com os abusadores, uma vez que, segundo

dados apresentados pela Unicef (2014), eles são, em grande parte das vezes, familiares ou pessoas já conhecidas da criança.

A questão é que, quando as convicções aparecem como certezas, elas apresentam-se como “vértices imaginários” (VORCARO, 2014) que delimitam certos enquadramentos, a partir dos quais a criança, concebida como vítima, será previamente localizada, reconhecida e nomeada com um “Tu és”. O que pode obstaculizar a escuta e a suposição, por parte do profissional que a atende, de um amálgama de inscrições e sentimentos, cujos efeitos *aposteriori* [*nachträglich*]⁶ serão de fundamental importância em um psiquismo em constituição. Afinal, o tempo da infância é também o tempo em que face a relação com o Outro (encarnado por pais, professores e instituições) uma lógica inconsciente será produzida.

Para a psicanálise, ao produzir-se um ato interpretativo sobre o abuso, faz-se necessário levar em conta o lugar, a partir do qual o sujeito fala e o lugar que ele atribui a esse Outro no campo transferencial. Além do mais, não se pode correr o risco de um diagnóstico fechado, de caráter definitivo, diante desse tempo de suspensão subjetiva quando a constituição desse sujeito ainda está em curso (BERNARDINO, 2004).

Este trabalho revela-se então como a tentativa de problematizar, a partir do referencial psicanalítico, a importância de

6 Para Hanns (1996, 80-88) “Freud utiliza com certa frequência o substantivo *Nachtraglichkeit* geralmente traduzido por *a posteriori*, ação deferida, ação retardada e efeito retardado, bem como o adjetivo *Nachtraglich*, que significa posteriormente ou *a posteriori*. Em alemão *Nachtraglich* enfoca a permanência de uma conexão entre o agora e o momento de então mantendo ambos interligados. Pode-se carregar para o passado uma nova visão (o que leva a um retorno e a um acréscimo de algo que faltava), ou então pode-se trazer (carregar) do passado para o presente o vento antigo e acrescentar-lhe algo, atualizando-o.” Ou seja “O termo alemão implica algo que é refeito/remodelado por acréscimo/retorno, ou então que algo permanece latente e se manifesta posteriormente”. Mas se, de modo geral, aquilo que é *Nachtraglich* evoca um trânsito entre o presente e o passado, ao traduzirmos este termo por *a posteriori* algumas dificuldades podem ser observadas. Isso porque perderemos a noção de retorno e de permanência do evento, bem como a referência a um constante processo elaborativo.

uma escuta que dê lugar a fala e privilegie a produção de narrativas que permitam à criança não apenas confirmar os dados necessários ao processo, mas que a possibilite bordejar, em relação à experiência traumática do abuso, o (im)possível de ser dito. Trata-se de uma narrativa que a permita ressituar-se diante do acontecimento, considerando a ambiguidade dos laços de afeto, muitas vezes, já estabelecidos. Uma escuta que restitua a fala da criança o valor de enigma, acolhendo, portanto, o insabido e o contingente que aí opera problematizando, de modo consequente, a relação vítima e agressor.

Para tanto, tomo como objeto de análise o filme *Polissia* (*Polisse*) de 2011, escrito e realizado por **Maiwenn Le Besco**, **que apresenta em seu** roteiro a vida e a experiência de policiais da brigada francesa que atuam em defesa de crianças e adolescentes em situações de abuso.

Em relação ao uso do cinema em nossa pesquisa, cabe lembrar que ele tem sido pensado como “[...] arte da ‘coisa’, a arte do encontro com o real” (AUMONT, 2008, p. 73). Isso porque, marcado por formalizações estéticas produtoras de rupturas e de estranhamentos, o cinema podem tornar visíveis o que não se pode ver nos oferecendo, ao mesmo tempo, uma certa experiência com aquilo que do real pode não ser captado (ROURE, 2012-13).

É desse modo que os dispositivos cinematográficos tem nos possibilitado bordejar a experiência traumática da infância uma vez que é capaz de “encenar a estrutura”. Além disso, podem “dar materialidade aos sentimentos de angústia, medo, do horror e do desamparo, próprios desse tempo, mas esquecidos pelo efeito estruturante do recalque (ROURE; SÁ, 2014).

POLISSIA

Polissia é um filme francês dirigido por **Maiwenn Le Besco**, cujo roteiro é também de Maiwenn em parceria com **Emma-**

nuelle Bercot (Imagem 1). Vencedor do prêmio do júri no Festival de Cannes de 2011, apresenta situações baseadas em fatos reais, que foram observados pela diretora, durante o tempo em que acompanhou o cotidiano da Divisão de Crimes contra Menores da polícia francesa, vinculado ao Ministério do Interior.

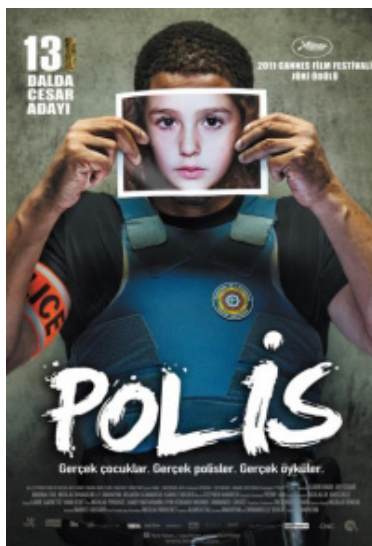


Imagem 1. Cartaz do Filme Polissia

Com a câmera sempre na mão, com tratamento e dinâmica que o deixaram próximo ao gênero documentário, o filme mostra a rotina dos policiais da brigada de proteção em Paris, na investigação dos mais diversos tipos de crimes ligados à infância e à adolescência.

Em relação ao roteiro, sem uma linha narrativa principal, *Polisse* alterna cenas entre os casos policiais e o cotidiano dos agentes de polícia, tanto com suas famílias, quanto entre eles próprios. O roteiro acompanha a vida desses policiais que têm como tarefa em seu dia a dia a investigação das mais absurdas histórias de violência: abandono familiar, estupro, pais abusivos e pedofilia.



Imagem 2. Brigada de proteção à infância e adolescência.



Imagem 3. Brigada de proteção à infância e adolescência

É repleto de cortes secos e planos longos, e sua fotografia vai de tons mais mornos a mais pesados e alaranjados, quando se trata da vida pessoal de seus personagens, marcados por sentimentos de amargura e melancolia (AUGUSTO, [s/d])

Mas se o roteiro do filme propõe-se como uma denúncia sobre as inúmeras formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes no interior de suas famílias, escola e comunidade, ele também problematiza a presença de um (im)possível próprio ao profissional, em deprender da escuta de crianças vítimas de violência, a presença de significantes que vão para além daque-

les presentes em uma discursividade sustentada pelo par vítima/agressor.

No decorrer de todo o filme, apesar de um veemente comprometimento dos policiais face ao combate a atos de violência contra crianças, isso nem sempre apontará para o reconhecimento do que há de contingente e insabido em suas falas.

Cabe lembrar que em relação a importância da linguagem e da escuta de crianças, por estarem no campo da linguagem e devido a sua “condição subjetiva *infans*”, quando falam “elas convocam um dizer que as acolha, e portanto dependem da leitura que translitera cada manifestação para o registro linguístico que a amplia, a ressitua e a transmite ao campo social”(VORCARO, 2004, p.11).

Mas o que acontece se nesse processo de transliteração, sua condição singular de fala, ao ser transposta ao registro linguístico, esgotar-se em um saber já sabido por parte do profissional que a atende? O que acontece se a condição de enigma que sua fala materializa, dissolver-se em certezas diagnósticas que apagam a presença de um sujeito em constituição que ali se apresenta face a experiência traumática a que foi submetido?

Para Vorcaro (2004, p.12):

aqueles que circunscrevem a criança numa localização definitiva constroem esta condição enigmática, especialmente quando a expõem a uma suposta verdade inarrável, na grade de leitura a partir da qual todas as suas manifestações serão lidas.

Lembro que foi inicialmente com Freud que aprendemos o quanto a natureza plástica e enigmática de uma narrativa é o que permitirá ao sujeito simbolizar algo por princípio real ou inapreensível. No filme, ditos e reditos por profissionais que se dedicam ao cuidado, proteção e defesa da infância, as crianças abusadas falam pouco, e quando falam, acabam por repetir e sus-

tentar as certezas estabelecidas pelo mundo do adulto. Uma vez impedidas de falarem aquilo que não se pode ouvir, torna-se impossível depreender sua posição na linguagem, enquanto sujeito em constituição, considerando a presença de um posicionamento subjetivo singular.

É essa a problemática que o filme de **Maiwenn Le Besco** parece denunciar: o quanto a condição de enigma que a fala de uma criança revela pode ser paradoxalmente obstaculizada em função de um acolhimento que tem como elemento norteador apenas a proteção e a defesa do sujeito de direitos.

Contudo, chama atenção o modo como a diretora finalizou o filme, apresentando o caso de Solal, um menino de mais ou menos 10 anos, abusado pelo professor de ginástica de quem afirma gostar. Será a primeira vez que na trama pode-se ver uma criança usar de sua fala para questionar a ação da brigada e interceder a favor de seu abusador.

Uma fala singular que colocará em questão a necessidade de “um bom entendedor” (BERNARDINO, 2004)⁷, ou seja, de uma escuta que se disponha a recolher nessa experiência traumática o (im)possível de se ouvir. E só assim, promover atos que coloquem em curso movimentos de desalienação e independização para com esse outro (semelhante) que encarnou para ela a função gozante do Outro.

Já na Delegacia, face a atendente Iris, o garoto a interroga sobre o possível destino ao qual seu professor será submetido (imagens 4e 5):

Solal: Ele vai para prisão por minha causa?

Iris: Não. Vai para a prisão por causa do que ele fez. Mas a

7 Utilizamos aqui o termo “bom entendedor”, tendo em vista o mesmo uso que Bernardino (2004,p.140) faz para pensar um bom encontro entre uma criança e um analista: “[.] um bom termo para definir o apelo de que se trata: da urgência de encontrar um outro que possa escutar e entender algo dessa mensagem que elas portam sem saber (às vezes em seu corpo, em carne -viva), que é sempre transmitida por meias palavras.”

culpa não é sua. Ele está doente. O teu professor tem uma doença. Chama-se Pedofilia. Ele é um pedófilo. Já ouviste esta palavra? Talvez na escola? É uma doença que alguns adultos tem e por isso faz certas coisas as crianças que não pode fazer. Nós estamos aqui para os apanhar e os castigar.

Solal: Por que é que ele ... Por que é que ele vai para a prisão e não ... Por que é que ele vai para a prisão e não para o hospital?

Iris: Porque quando se infringe a lei vai-se apara a prisão. É um castigo. Tem um objetivo. Talvez um dia ele possa voltar e praticar ginástica sem magoar mais crianças. Percebes?

Solal: Estou um pouquinho triste.

Iris: por que está triste?

Solal: Porque gostava dele. Foi muito gentil comigo.

Atordoada com o questionamento do garoto, sem condições de ater-se ao enigma que a fala do garoto (su)porta, Iris dispõe-se a suturar com sua própria fala, o estranho lugar dado pelo menino ao professor: “Porque gostava dele. Foi muito gentil comigo”.



Imagem 4. A atendente Iris Langlois



Imagem 5. O garoto Solal.

Um discurso foi então produzido na tentativa de circunscrever a estranha sedução ocorrida entre o professor e o aluno à uma relação baseada no par vítima e agressor e, desse modo, “esclarecer” e “conscientizar” Solal da necessidade de haver punição e castigo ao professor.

Em relação a escuta de uma criança, vejamos o que Vorcaro (2004, p.11-2) esclarece:

Assim, uma criança não é sem o que é dito dela, não sendo somente o que é dito dela. O que é dito da criança comporta muito mais do que se quer dizer. O que é dito dela também diz menos do que ela é, pois, por ser um dito, ou seja, submetido a impotência da língua e tudo dizer, se organiza em torno de um cristal sempre insistente, mas fugaz e inapreensível, que chega a se distinguir no testemunho de uma discordância que fundamenta qualquer possibilidade subjetiva. É neste cristal que espaça a língua quando se fala por uma criança, que encontramos o que há de singular na criança. A possibilidade de acolher esse cristal depende, portanto, de que seja preservada a dignidade de enigma que seu tempo de criança nos impõe.

Sabe-se o quanto a experiência de uma sedução real da criança por parte de um adulto não só lesa traumáticamente o psiquismo, mas também produz efeitos mortíferos na constituição destes, uma vez que tal acontecimento passa a fazer parte da história libidinal do sujeito. Por isso, apenas fornecer palavras que contornem acontecimento traumático não será suficiente para controlar ou prever o uso que o garoto fará disso na construção de sua fantasia.

Não se pode esquecer que a infância deve ser considerada como um tempo estrutural de constituição do psiquismo em que a função do Outro (essencial nessa constituição) pode ser encarnada não apenas pelos pais, mas por qualquer outro semelhante que a sustente.

Em relação ao papel ocupado pelo professor na vida do estudante, Freud, em *Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar* (1976[1914], p.288), afirma que, na segunda metade da infância, ocorre uma mudança na relação estabelecida pela criança com os pais. Ela desliga-se destes pais, “como primeiro ideal”, e transfere a relação a seus professores que, a partir de então, servirão como “pais substitutos” ou modelos referenciais:

Estes homens, nem todos pais na realidade, tornaram-se nossos pais substitutos. Transferimos para eles o respeito e as expectativas ligadas ao pai onisciente de nossa infância e depois começamos a tratá-los como tratávamos nossos pais em casa.

Para a psicanálise, transferir é atribuir um sentido especial a determinada figura sustentado por um desejo inconsciente do sujeito, sendo um processo cuja dinâmica pressupõe a existência de uma suposição de saber a quem se endereça. Em relação a figura do professor, se é instalada a transferência, ela passa a ser carregada de importância especial, o que possibilita a ambos – professor e aluno – a existência de um investimento desejante de

um para com o outro. É por isso que na infância, desse momento em diante, a figura do professor participará efetivamente do inconsciente em formação.

Portanto, em relação aos atos de violência na vida de uma criança, sejam eles cometidos por familiares, professores ou figuras próximas (ou não), deve-se considerar que é nesse tempo da infância que seus corpos serão inscritos,⁸ alienados e capturados no campo da linguagem numa posição subjetiva, a partir do Outro (figuras do Outro) que sustenta esse processo. Daí a importância de considerar nessa discussão a intrínseca relação entre infância, infantil, linguagem e inconsciente.

A CONDIÇÃO INFANTIL

Para a psicanálise o conceito de infantil não se remete aos primeiros anos de vida, pois é tempo de estruturação psíquica, por isso constituinte do próprio modo de funcionamento do inconsciente. As marcas da história que precedeu a entrada do pequeno sujeito no campo da linguagem, a partir da relação com o Outro que sustenta esse processo, demarcarão a essência traumática e atemporal do infantil.

Para pensar esse tempo faz-se necessário conceber sua relação intrínseca com a linguagem e os significantes que nela habitam, uma vez que é neles que o Outro se manifesta, inscrevendo o pequeno sujeito no mundo. Aqui e ali, lá e acolá, será a partir da inscrição de experiências em traços mnêmicos que um sistema de inscrição significante (significantes primordiais) será, em um segundo tempo, alocado em uma estrutura. Afinal, o inconsciente não é dado de entrada, instaurando-se do dia para a noite.

8 Em relação ao processo de alienação e as figuras do Outro na vida da criança, Maud Mannoni observa (1984, p. 24): “Para que a criança reencontre uma fala pessoal que lhe seja própria, é-lhe necessário primeiro poder destacar sua verdade dos votos de morte e das múltiplas formas de alienação nas quais ela se perdeu numa fixação com um outro”.

Em *As psicoses não-decididas da infância*, Leda Bernardino (2004) assinala que o conceito de infantil na obra freudiana pode ser pensado tendo como referência a características atemporal do inconsciente. E por isso ele deve ser concebido como o tempo percorrido entre o recalque originário e o recalque propriamente dito do Édipo. “Esse tempo vai desde a inscrição dos significantes primordiais, a constituição do fantasma fundamental e do encontro com um mito – o de Édipo, constituindo o inconsciente como sede do sujeito (STEIN, 2011)”.

Neste tempo, caberá ao Outro apresentar a criança o mundo da linguagem e com ela o seu reconhecimento como fazendo parte de uma linhagem. Será a partir dos efeitos produzidos pelas palavras transmitidas que seu corpo, sua imagem e sua posição em uma ordem simbólica serão sustentados. Para Stein (2011, p.12): “É nesse duplo movimento, operado pelo Outro, encarnado pelos pais, inscrevendo significantes e marcando o pequeno ser com seu desejo, que a criança lê esse desejo e constrói seu lugar singular, que podemos articular a noção de infantil».

Em *Além daquele beijo? Sobre o infantil e o originário em psicanálise*, Birman (1997, p. 32), destaca a relação intrínseca entre o infantil e a pulsão. Segundo ele, a dimensão estrutural do infantil é reveladora do excesso pulsional que se materializa como fragmentação psíquica e desamparo face a demanda, desejo e gozo do Outro.

É como arcaico e originário que o infantil se apresenta [...] Nestes termos, o infantil seria aquilo que se situaria fora da temporalidade do desejo e da construção da narrativa histórica, isto é, num tempo primordial marcado pela presença absoluta do trauma e da ameaça flagrante da morte.

É por isso que a traumática experiência de desamparo, da repetição e da angústia real vivenciados no tempo da infância estará para o todo o sempre inscrita no infantil e persistirá

enquanto destino psíquico do sujeito. Em relação ao princípio atemporal do inconsciente, Freud (1976[1920]) destaca: “Aprendemos que os processos inconscientes são, em si mesmos, ‘intemporais’. Isso significa em primeiro lugar, que não são ordenados temporalmente, que o tempo de modo algum os altera e que a ideia de tempo não pode ser aplicada (p.43-44).”

Conforme foi destacado, as figuras parentais, responsáveis pela montagem da estrutura da linguagem e pelo encontro com o Édipo, seguem uma variedade de Outros, isto é, figuras do Outro cuja presença não deixará de produzir efeitos sobre a maneira singular como essa criança cursará as vicissitudes da castração e do Édipo. O que implica considerar que a entrada da criança ao mundo do desejo não ocorrerá de modo solitário, gradual ou instantâneo, mas será regida pelo (des)encontro com muitos Outros.

Assim, o que pode acontecer a uma criança quando um daqueles que ocupam a função de Outro e que deveria funcionar a título de interdito, de detenção de um gozo irrealizável, em excesso, não vier a responder essa função? O que acontecerá se sua posição face ao Outro como objeto de gozo for ali fixada?

Para Birman (1997), cabe a interpretação o trabalho de ligação do traumático inscrevendo-o numa temporalidade e transformando-o em uma narrativa. A questão é que sem uma escuta que permita a criança bordejar, a partir de uma narrativa, a mensagem que porta sem saber, fica difícil produzir outros destinos possíveis para a experiência traumática que em seu corpo se materializou como desamparo, fragmentação e angústia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RETORNANDO A POLISSIA

Somente a partir das cenas finais do filme, pode-se supor, em Iris, o efeito “mortífero” causado pela escuta insuportável do enigma presente na fala do garoto que a interrogou e intercedeu pelo professor de ginástica (seu abusador). Será ainda nesse conjunto de

cenas que **Maiwenn Le Besco** confrontará o espectador com outro elemento insuportável: no corpo de Solal revela-se a inscrição significante inconsciente que ainda o mantém “alienado” à figura do professor tomado modelo identificatório: a ginástica olímpica.

Para tanto, a diretora produz uma montagem de planos em que mescla, a um só tempo, imagens em que Irís e o garoto aparecem em duas situações “aparentemente” opostas: é o efeito produzido pela simultaneidade imagética de Iris e do garoto que permitirá ao espectador supor um diálogo entre eles. Enquanto a primeira aparece sentada em uma grande mesa, ladeada por seus colegas de trabalho ao mesmo tempo em que é nomeada como a nova chefe de sua divisão, tem-se, logo em seguida, a imagem do garoto na quadra de esportes, ao lado de seus colegas, esperando para participar de uma competição de ginástica olímpica.

Ao mesmo tempo em que Iris, após o anúncio de sua nomeação, observa lentamente seus colegas da brigada, levanta o braço, pede para abrir a janela e, de forma impassível, salta para a morte. Mostra-se a imagem do garoto que abre os braços e dá um perfeito salto em câmera lenta (6 e7).



Imagem 6: A policial Iris Langlois



Imagem 7: O garoto Solal

Nas cenas finais, o corpo inerte de Iris estirado na calçada é seguido da enigmática imagem do garoto que olha para trás, oferecendo ao espectador (ou quem sabe, a própria Iris), o troféu recebido pela competição de “ginástica olímpica”.



Imagem 8 e 9: A queda de Iris e Solal com troféu.

Na falta de um “bom entendedor” (BERNARDINO, 2004), sem condições de narrar a presença absoluta do trauma, o garoto, “corporifica” como ginasta a sedução sinistra de que foi objeto e a qual ainda se mantém alienado.

POLISSE AND THE DIMENSION (IN)UTTERABLE OF THE VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS

Abstract: *Countersigned by psychoanalytic theory, I propose a discussion on the French film Polisse (2011) by Maïwenn Le Besco. The analysis reflects on a film whose aesthetic obstructs the presence of idealizing representations of childhood. The article reflects on the way children and adolescents have been violated in the adult world, problematizing the existence of a kind of silencing to which these subjects are subjected in situations of protection and reception. Interpreted and framed from a discursivity centered on the aggressor and victim categories, it is common to disregard in the speech of the child the condition of enigma that covers every narrative that involves situations of abuse and violence.*

Keywords: *Children and adolescents , Abuse and violence, Childhood*

REFERÊNCIAS

AUMONT, J. *Moderno: porque o cinema se tornou a mais singular das artes*. Campinas, SP, Papyrus, 2008 (Coleção Campo Imagético).

AUGUSTO, W. L. de S. Criticofilia: uma filia critica: Polisse. Disponível em: <<http://criticofilia.blogspot.com.br/2012/09/critica-polisse.html>>. Acesso em: 26.nov.2016

BERNARDINO, L. M. F. *As psicoses não decididas da infância: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

BIRMAN, J. Além daquele beijo? Sobre o infantil e o originário em psicanálise. In: ROZA, E. S.; REIS, E. S. *Da análise na infância ao infantil na análise*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1997.

CARTA CAPITAL, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/socie>

dade/violencia-sexual-atinge-uma-em-cada-dez-meninas-alerta-unicef-3747.html>. Acesso em: em 26 nov. 2016.

FIGUEIREDO, K.; BOCHI, S. B. B. *Violência sexual: um fenômeno complexo*. Centro de pesquisa, capacitação, promoção, formação e articulação de ações governamentais e não-governamentais para a defesa dos direitos da criança e do adolescente (CECRIA), 2016. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

FREUD, S. *Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Obras Completas. (1914 - v. 13).

HOANG, Li-mei. *Revista Exame*, 10 abr. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/criancas-sao-maioria-das-vitimas-de-estupro-nas-guer-ras>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MANNONI, M. *Enfance aliénée*. Paris, Denoel, 1984.

UNICEF. Relatório *Hidden in plain sight* (Escondido à vista de todos): Disponível em: <<http://www.unicef.pt/violencia-criancas/violencia-criancas-2014.html>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

REVISTA FORUM, 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/06/10/corajosas-e-inocentes-o-estupro-em-zonas-de-guerra>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

ROURE, G. Q. de. Indisciplina: da palavra ao ato. In: SOUSA, Sônia M. Gomes. *Infância e adolescência: múltiplos olhares*.

_____. *Infância no cinema: formalização estética e modos de subjetivação*. Relatório final do Pós Doutorado em Sociologia da Infância, Universidade do Minho, Portugal (2012-2013).

ROURE, G. Q. de; SÁ, A. C. R. M. de. O (in)visível e o (i)rrepresentável da infância em Vincent, de Tim Burton. In: *Revista Educativa*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 301-316, jul./dez. 2014

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, fevereiro, 2016). Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/fevereiro/governo-federal-lanca-campanha-nacional-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-carnaval>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

STEIN, M. L. M. *Infantil, eu*. In: *Rev. Assoc. Psicanal.* Porto Alegre, Porto Alegre, n. 40, p. 09-17, jan./jun. 2011

VILLELA. Denúncias de violência sexual contra crianças chegam a quase 50 por dia, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/denuncias-de-violencia-sexual-chegam-quase-50-por-dia>>. Acesso em: 26 nov. 2016

VORCARO, Â. Prefácio. In: BERNARDINO, L. M. F. *As psicoses não decididas da infância: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FILMOGRAFIA

POLISSE. 2011. De Maiwenn Le Besco. França.